

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 49.047 - BA (2015/0202283-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : SANDOVAL MONTINO DE ANDRADE
ADVOGADO : EDIL MUNIZ MACEDO JUNIOR E OUTRO(S) - BA032751
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por **SANDOVAL MONTINO DE ANDRADE** contra acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia, cuja ementa registra:

"Ementa: Mandado de segurança. Homicídio. Afastamento cautelar do cargo de policial militar. Suspensão das atividades funcionais. Garantia da segurança da instrução processual e de prevenção de futuras práticas delituosas. Ausência de violação do direito líquido e certo. Decisão em conformidade com os arts. 283, § 3º e 319, IV, ambos do CPP. Denegação da segurança" (e-STJ, fl. 230).

Narram os autos que o recorrente foi suspenso do exercício de sua função pública e teve suas armas recolhidas à corporação, devido à suposta prática do delito constante no art. 121, § 2º, incisos I e IV, por quatro vezes, na forma dos arts. 29 e 69, todos do Código Penal. A aplicação das medidas supramencionadas foi fundamentada com base nos arts. 319, IV, e 282, § 3º, ambos do CPP, considerando que o acusado se valeu da condição de agente público para dificultar a apuração dos fatos, foi demonstrada a urgência da tutela aplicada e houve alteração proposital da cena do crime pelo denunciado, visando este eximir-se da responsabilidade penal.

A defesa sustenta que o TJBA não demonstrou, mediante elementos concretos, a necessidade da aplicação da medida cautelar em pauta, dado que o referido afastamento de função somente pode ser empregado quando houver justo receio de sua utilização para práticas penais. Diante disso, por não existirem indícios de que o réu se utilizou de sua posição pública para praticar infrações penais, observa-se a inexistência de justo receio e, conseqüentemente, uma dissonância com o art. 319, IV, do CPP.

Alega, ainda, que o recorrente não possui antecedentes criminais e que o suposto fato criminoso se deu de forma isolada. Ademais, menciona que o referido delito está acobertado pelas excludentes de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa, uma vez que o recorrente afirma ter a infração sido cometida em meio a operação policial. Logo, pugna-se pela inaplicabilidade da medida cautelar ao caso.

No mais, defende que houve violação de direito líquido e certo do recorrente, uma vez que não foi intimado para se manifestar sobre o pedido de medida cautelar, violando, assim, o art. 282, § 3º, do CPP. Além disso, pontua que a autoridade coatora não justificou a urgência ou perigo de ineficácia da medida supradita. Por fim, afirma não existir risco para a aplicação da legislação penal e a desnecessidade de resguarda da instrução processual, por não haver provas de que o acusado se utilizou de seu cargo para interferir na produção e/ou colheita de material probatório.

Requer, assim, o provimento do recurso para conceder a revogação da decisão que determinou a suspensão do exercício das funções de Policial Militar do Estado da Bahia pelo recorrente (e-STJ, fls. 242-257).

Contrarrazões às fls. 266-273 (e-STJ). Admitido o recurso (e-STJ, fl. 275).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 287-294).

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se neste recurso a reforma do acórdão recorrido e da decisão judicial que determinou a suspensão da função pública do recorrente – policial militar – e o recolhimento de suas armas.

O mandado de segurança é uma ação que se destina a afastar lesão ou ameaça de violação a direito subjetivo individual ou coletivo, por meio de ordem corretiva ou preventiva de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou a ela equiparada, apresentando rito sumário próprio, não comportando dilação probatória e exigindo prova preconstituída.

No caso dos autos, o recorrente impetrou mandado de segurança com o propósito de reformar decisão que determinou o seu afastamento das funções pública. O Tribunal de origem denegou a segurança nos seguintes termos, no que interessa:

No mérito, entretanto, melhor sorte não assiste ao impetrante, quando requer a revogação da medida cautelar que o afastou do exercício de suas funções de agente público policial militar.

A medida cautelar imposta pelo juízo da vara criminal da comarca de São Gonçalo dos Campos trata do afastamento provisório de três policiais militares, entre eles o impetrante, que atualmente respondem ação penal por suposta prática de homicídio qualificado no exercício de suas funções contra quatro suspeitos de roubo de veículo.

Ao proferir a decisão que culminou no afastamento provisório dos policiais, o M.M. Magistrado, assim fundamentou a aplicação da medida:

"Compulsando-se os autos, vê-se que há prova apontando a ocorrência de quatro homicídios e que os acusados admitem a autoria dos disparos letais. Embora tenham alegado que a deflagração dos tiros se deu em decorrência de agressão das vítimas, a alegação que não encontra respaldo na prova colhida no curso do inquérito, não restando configurada nenhuma causa de excludente de crime ou de responsabilidade penal, de modo que a aplicação das medidas cautelares tem plausibilidade jurídica.

Por outra ótica, os acusados não preservaram a cena do crime, retiraram os cadáveres do local onde tombaram mortos e se valeram de suas condições de agentes públicos para dificultar a apuração do fato, terminando por simularem um confronto de difícil ocorrência real, tudo com o objetivo de usurparem a função do Ministério Público e do Poder Judiciário, agindo como órgão acusador, sentenciador e executor de uma pena não admita no ordenamento jurídico pátrio, fato que conduzem este juízo a inferir que a continuidade no exercício de suas funções públicas representa alto grau de lesividade a ordem pública, razão pela qual acato o pleito ministerial e determino a suspensão da função pública dos acusados e o recolhimento de suas armas à corporação, tudo com base no art. 319 do CPP."

Da leitura do transcrito decisório, percebe-se com facilidade que o

afastamento do impetrante das suas atividades como policial decorre da existência de fortes indícios de que o mesmo tenha se valido da sua condição de agente público para manipular e dificultar a apuração dos fatos, ou seja, tendo retirado os cadáveres da posição original e apresentado no Boletim de Ocorrência versão distorcida dos fatos. Não há como se falar, assim, em ausência de fundamentação da decisão guerreada, estando a mesma em sintonia com os pressupostos do art. 319 do CPP.

No mesmo viés, a decisão vergastada também encontra-se em devida conformidade com os ditames do art. 283, §3º do CPP, restando nela cabalmente demonstrado o justo perigo e a urgência da tutela aplicada. Uma vez já tenha o impetrante alterado propositadamente a cena do crime com o intuito de se eximir da responsabilidade penal, nada improvável provável seria que viesse dificultar a produção de provas em seus desfavor, ou pior, que pudesse praticar, sim, novos delitos, se em atividade funcional fosse mantido.

Noutro giro, quanto à necessidade do afastamento do policial que responde ação penal por crime praticado no exercício de suas funções, o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é o de que a necessidade de resguardar a idoneidade e a probidade administrativas, bem como a indispensabilidade de garantir que não haja interferência na instrução criminal, constituem valores cujo peso é suficiente para justificar o afastamento do paciente de suas funções: [...] (e-STJ, fls. 232-234).

Segundo dispõe o art. 282 do Código de Processo Penal "deverão ser aplicadas observando-se: I - a necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado".

Por sua vez, é certo que o art. 319 do Código de Processo Penal traz um rol de medidas cautelares, que podem ser aplicadas pelo magistrado, independentemente de provocação da acusação, em substituição à prisão, sempre observando o binômio proporcionalidade e adequação

No caso em exame, a medida cautelar está devidamente fundamentada, pois evidenciadas a necessidade e a adequação do afastamento das funções públicas com o fito de evitar reiteração delitiva e assegurar a instrução criminal, especialmente diante da existência "de fortes indícios de que o mesmo tenha se valido da sua condição de agente público para manipular e dificultar a apuração dos fatos, ou seja, tendo retirado os cadáveres da posição original e apresentado no Boletim de Ocorrência versão distorcida dos fatos". (e-STJ, fl. 233).

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte Superior:

"CRIMINAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCUSSÃO. POLICIAL CIVIL. APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DE CARGO, COM MANUTENÇÃO DA REMUNERAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. EXISTÊNCIA DE AFASTAMENTO ANTERIOR EM RAZÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. RECURSO DESPROVIDO.

- Hipótese em que o recorrente e corréu, policiais civis, presos em flagrante pelo suposto delito de concussão, tiveram deferida

liberdade provisória, com posterior imposição de medida cautelar de afastamento do cargo, garantida a continuidade de recebimento da remuneração.

- A natureza do delito cometido - crime contra a administração pública, a necessidade de resguardar a idoneidade e a probidade administrativas, bem como a indispensabilidade de garantir que não haja interferência na instrução criminal, constituem valores cujo peso é suficiente para justificar o afastamento do paciente de suas funções, quanto mais quando assegurado, do modo como foi, a continuidade do recebimento de seus vencimentos.

- Não se vislumbra efetivo prejuízo na aplicação da medida cautelar, ademais diante da notícia constante do acórdão atacado de que o recorrente já se encontra afastado de suas funções em razão de processo administrativo disciplinar.

- Recurso desprovido."

(RMS 42.842/PB, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 13/02/2014).

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. AFASTAMENTO CAUTELAR DO CARGO DE POLICIAL CIVIL. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E EVITAR A CONTINUIDADE DAS PRÁTICAS DELITUOSAS DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A decisão que determinou o afastamento cautelar do Recorrente do exercício de qualquer função no âmbito da Polícia Civil, demonstra concretamente a necessidade da medida para resguardar a regularidade da instrução criminal e evitar a continuidade da prática delituosa, sem qualquer ilegalidade ou abuso de poder aferível na via do writ constitucional.

2. E não há violação a direito líquido e certo na aplicação da medida cautelar de suspensão do exercício de função pública, perfeitamente aplicável consoante entendimento jurisprudencial e doutrinário mesmo antes da previsão expressa trazida no inciso VI do art. 319 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei n.º 12.403/2011.

3. Refoge a via do mandado de segurança acolher as alegações de inexistência de indícios suficientes de autoria e materialidade do crime para justificar a medida cautelar e de que o retorno do Recorrente à atividade policial, em funções meramente burocráticas, em nada prejudicaria a ordem pública ou a ação penal em curso.

4. Recurso desprovido."

(RMS 35.270/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 11/09/2013).

Desse modo, não se verifica hipótese de teratologia ou abuso de poder no conteúdo da decisão atacada, a justificar o provimento do recurso por esta Corte.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do RISTJ, **nego seguimento** ao recurso em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

